OPERAÇÃO CONTRA TORCIDA ORGANIZADA DO SPORT PRENDE SUSPEITOS DE VIOLÊNCIA PÁG. 2

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 16 • Quarta-feira, 27 de maio de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos



SEM RUMO DEFINIDO PARA SUAPE, PERNAMBUCO VÊ TRANSNORDESTINA PERDER FORÇA E ESPAÇO PARA O CEARÁ

PÁG. 4



Inscrições para o Enem 2026 seguem até 5 de junho PÁG. 3



Uso do FGTS para quitar dívidas começa em nova fase do Desenrola Brasil PÁG. 4

ARTIGOS



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Medida provisória da "taxa das blusinhas" ameaça sufocar o Polo de Confecções diante da concorrência internacional desleal PÁG. 3

Cine Olinda: o abandono de um patrimônio histórico e o fracasso da política cultural em Olinda PÁG. 5



Antonio Campos prestigia aniversário de Ingrid Zanella e destaca fortalecimento da advocacia pernambucana PÁG. 2



Pernambuco tem mais de 900 vagas abertas em concursos e seleções com salários de até R$ 12 mil PÁG. 2



Após anos de abandono, antigo prédio da Sudene terá primeira etapa de obras iniciada pela UFPE PÁG. 3



Lula e Hugo Motta fecham acordo para fim gradual da escala 6x1 até 2027 PÁG. 5

Operação contra torcida organizada do Sport prende suspeitos de violência e roubo no Grande Recife

Investimentos vão garantir proteção contra enchentes, abastecimento de água e esgotamento sanitário para o Recife e outras oito cidades

DIVULGAÇÃO



Integrantes de uma torcida organizada ligada ao Sport Club do Recife foram alvo de uma operação da Polícia Civil de Pernambuco deflagrada na manhã desta terça-feira no Recife e em cidades da Região Metropolitana. A ação, batizada de "Pista Zero", cumpre 25 mandados judiciais contra investigados por envolvimento em crimes como provocação de tumulto, lesão corporal e roubo.

Segundo a Polícia Civil, estão sendo executados 12 mandados de prisão e 13 de busca e apreensão domiciliar, todos expedidos pela 16ª Vara Criminal da Capital. Cerca de 120 policiais civis participam da operação, entre delegados, agentes e escrivães.

As investigações tiveram início em janeiro de 2025 e fazem parte do monitoramento de episódios de violência envolvendo integrantes de torcidas organizadas em Pernambuco. Nos últimos anos, confrontos entre grupos rivais provocaram cenas de depredação, agressões e ataques em vias públicas da Região Metropolitana do Recife.

O avanço da violência ligada às organizadas passou a gerar pressão sobre autoridades de segurança e também sobre clubes e federações esportivas. Em episódios recentes, confrontos ocorreram antes de clássicos do futebol pernambucano, deixando feridos e provocando destruição em bairros da capital e cidades vizinhas.

Apesar de sucessivas operações policiais e decisões judiciais restritivas contra torcidas organizadas, forças de segurança ainda enfrentam dificuldades para conter ações violentas praticadas por grupos ligados ao futebol. Investigadores apontam que muitos integrantes continuam atuando de forma articulada, inclusive fora dos estádios.

A operação desta terça-feira ocorre em meio ao aumento das cobranças por medidas mais rígidas contra grupos envolvidos em episódios de violência urbana associados ao futebol. Autoridades avaliam novas estratégias de monitoramento e repressão para tentar evitar confrontos em dias de jogos e deslocamentos de torcedores.

Pernambuco tem mais de 900 vagas abertas em concursos e seleções com salários de até R$ 12 mil

Foto: Marina Torres/DP



Pernambuco reúne mais de 900 vagas abertas em concursos públicos e seleções simplificadas para candidatos de níveis fundamental, médio, técnico e superior. As oportunidades estão distribuídas entre órgãos estaduais, prefeituras e instituições públicas, com salários que podem chegar a R$ 12 mil.

Os editais contemplam áreas como saúde, educação, administração, assistência social, engenharia e serviços técnicos. Há vagas efetivas e também contratos temporários, em meio ao aumento da utilização de seleções simplificadas por parte das gestões públicas.

Entre os processos com inscrições abertas estão seleções promovidas por prefeituras do interior e órgãos estaduais que buscam reforçar equipes em setores considerados críticos, principalmente saúde e educação. Parte das vagas também é destinada à formação de cadastro de reserva.

Os salários variam de R$ 1.621 até R$ 12 mil, dependendo do cargo, escolaridade e carga horária prevista nos editais. Algumas seleções oferecem ainda benefícios adicionais e gratificações específicas para determinadas funções.

O crescimento no número de seleções simplificadas tem gerado debate entre especialistas e sindicatos do funcionalismo. Críticos apontam que a substituição de concursos públicos tradicionais por contratações temporárias amplia a precarização das relações de trabalho no serviço público e reduz estabilidade nas equipes técnicas.

Além disso, há preocupação com o déficit histórico de servidores em áreas essenciais do Estado. Diversos órgãos enfrentam redução de pessoal provocada por aposentadorias e falta de reposição efetiva nos últimos anos.

Na área da saúde, por exemplo, seleções simplificadas continuam sendo utilizadas como alternativa emergencial para preenchimento rápido de vagas, principalmente em municípios que enfrentam dificuldades financeiras e carência de profissionais especializados.

Especialistas em gestão pública avaliam que o cenário reflete uma combinação entre pressão por contenção de despesas e necessidade imediata de manter serviços funcionando. Apesar disso, cresce a cobrança por realização de concursos efetivos de maior alcance.

Os interessados devem ficar atentos aos prazos de inscrição, exigências específicas de cada edital e datas de aplicação das provas ou etapas de análise curricular. Em muitos casos, os períodos de inscrição terminam ainda nesta semana.

Entre os concursos e seleções com inscrições abertas em Pernambuco há oportunidades para professores, profissionais de saúde, técnicos administrativos, engenheiros, assistentes sociais e cargos operacionais. Alguns processos seletivos acontecem por meio de análise curricular, enquanto outros preveem provas objetivas e etapas complementares.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Antonio Campos prestigia aniversário de Ingrid Zanella e destaca fortalecimento da advocacia pernambucana

Prestigiando o aniversário da advogada Ingrid Zanella, primeira mulher a presidir a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB-PE), Antonio Campos destacou a importância do momento para a advocacia pernambucana e para o fortalecimento institucional da entidade.



O encontro reuniu advogados, representantes do meio jurídico, autoridades e convidados, em uma celebração marcada pelo reconhecimento à trajetória de Ingrid Zanella e ao simbolismo de sua gestão à frente da OAB Pernambuco.

Durante a ocasião, Antonio Campos ressaltou o papel da advocacia na defesa da cidadania, das prerrogativas profissionais e da democracia, além de enfatizar a necessidade de união da classe em torno do fortalecimento da Ordem. "Ingrid Zanella representa um marco histórico para a advocacia pernambucana ao se tornar a primeira mulher a presidir a OAB-PE. Sua trajetória fortalece a representatividade, o diálogo institucional e a valorização da advocacia", destacou.

A celebração também foi marcada pelo clima de confraternização entre integrantes da comunidade jurídica, reafirmando o compromisso com uma OAB cada vez mais atuante, independente e próxima da sociedade pernambucana.



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

MEDIDA PROVISÓRIA DA "TAXA DAS BLUSINHAS" AMEAÇA SUFOCAR O POLO DE CONFECÇÕES DIANTE DA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL DESLEAL

A chamada "taxa das blusinhas" voltou ao centro do debate econômico brasileiro e, para além da disputa política, o tema revela uma preocupação concreta e urgente: a sobrevivência do Polo de Confecções do Agreste pernambucano diante de uma concorrência internacional cada vez mais agressiva e assimétrica, sem prejuízo dos impactos causados a diversos outros setores produtivos nacionais.

Formado por cidades como Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama — em constante expansão econômica —, o Polo de Confecções do Agreste constitui um dos maiores centros produtores têxteis da América Latina, sendo responsável pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos, além de representar importante vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social para Pernambuco e para o Nordeste brasileiro.

Trata-se de uma cadeia produtiva composta majoritariamente por micro e pequenas empresas, facções, costureiras, comerciantes e empreendedores familiares, cuja atividade econômica sustenta milhares de famílias e movimenta significativamente a arrecadação e o comércio regional.

Ocorre que essa indústria nacional vem sendo submetida a uma competição manifestamente desigual.

Enquanto o produtor brasileiro suporta elevada carga tributária, custos trabalhistas, encargos previdenciários, energia elétrica onerosa, logística precária, juros elevados e dificuldades de acesso ao crédito, grandes plataformas internacionais de comércio eletrônico conseguem inserir produtos no mercado nacional com preços artificialmente reduzidos, muitas vezes beneficiadas por regimes fiscais favorecidos, subsídios indiretos e estruturas globais de produção em larga escala.

A Medida Provisória nº 1.357/2026, ao flexibilizar a tributação incidente sobre importações de pequeno valor, aprofunda essa distorção concorrencial, criando ambiente potencialmente incompatível com os princípios constitucionais da isonomia tributária, da livre concorrência e da proteção ao mercado interno, previstos na Constituição Federal.

A Constituição da República estabelece, em seu artigo 170, que a ordem econômica deve observar, entre outros princípios, a valorização do trabalho humano, a livre iniciativa, a livre concorrência, a defesa do consumidor e a redução das desigualdades regionais e sociais. O mesmo dispositivo impõe ao Estado o dever de assegurar tratamento jurídico equilibrado entre os agentes econômicos, vedando práticas estatais que provoquem desequilíbrios concorrenciais desproporcionais.

Além disso, o artigo 219 da Constituição Federal dispõe expressamente que "o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País".

Nesse contexto, a adoção de política tributária que favorece, de maneira direta, produtos importados em detrimento da produção nacional caracteriza afronta ao dever constitucional de proteção do mercado interno e da indústria nacional, sobretudo quando inexistem mecanismos compensatórios aptos a preservar condições mínimas de competitividade.

Há, ainda, relevantes questionamentos quanto à observância dos requisitos constitucionais de urgência e relevância exigidos pelo artigo 62 da Constituição Federal para edição de medidas provisórias. A utilização desse instrumento excepcional para promover alterações com profundo impacto econômico e concorrencial sobre setores inteiros da economia nacional suscita debate jurídico legítimo acerca de eventual desvio de finalidade legislativa e insuficiência de fundamentação técnica.

Do ponto de vista concorrencial, a medida também pode ensejar discussão perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), na medida em que seus efeitos econômicos podem contribuir para o enfraquecimento estrutural da indústria nacional e para a concentração de mercado em favor de grandes plataformas internacionais, com potencial prejuízo à livre concorrência e à pluralidade econômica.

A preocupação no Agreste pernambucano transcende o mero debate arrecadatório. O setor de confecções representa dignidade, inclusão produtiva e estabilidade social para milhares de famílias. Em muitas localidades, a economia regional gira diretamente em torno da atividade têxtil e comercial ligada às confecções.

Quando a concorrência internacional se estabelece sem critérios minimamente equilibrados de tributação e competitividade, o impacto não demora a atingir o chão de fábrica, comprometendo empregos, renda, arrecadação municipal e desenvolvimento regional.

O debate, portanto, precisa amadurecer para além da polarização ideológica. Não se trata de impedir importações ou restringir a liberdade do consumidor, mas de assegurar condições equânimes de competição, em conformidade com os princípios constitucionais da ordem econômica brasileira.

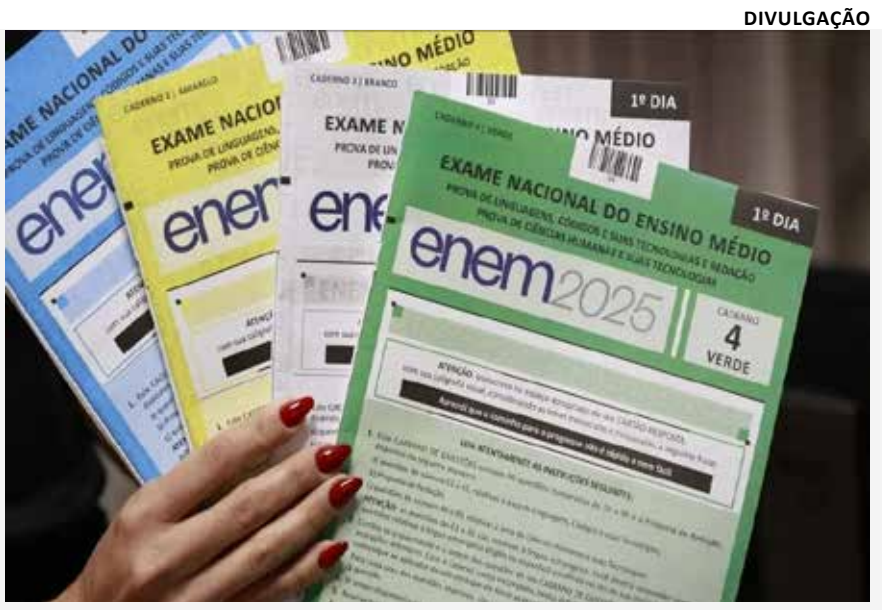
Defender a indústria nacional não significa fechar as portas ao comércio internacional. Significa garantir que quem produz no Brasil — gerando empregos, pagando tributos e movimentando a economia local — não seja colocado em situação de absoluta vulnerabilidade diante de modelos globais de concorrência desleal.

A Medida Provisória nº 1.357/2026 apresenta possíveis vícios de constitucionalidade, legalidade e razoabilidade econômica, passíveis de questionamento perante o Poder Judiciário, inclusive em sede de controle concentrado ou difuso de constitucionalidade, bem como perante os órgãos de defesa da concorrência.

É necessário agir antes que os danos à indústria nacional, especialmente ao Polo de Confecções do Agreste pernambucano, se tornem economicamente irreversíveis.

Inscrições para o Enem 2026 seguem até 5 de junho

DIVULGAÇÃO



Começam na última segunda-feira (25) as inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026. Os interessados terão até o dia 5 de junho para se inscrever exclusivamente pela Página do Participante, plataforma oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As provas serão aplicadas nos dias 8 e 15 de novembro.

Neste ano, o exame traz mudanças importantes, entre elas a inscrição automática para estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio da rede pública. Apesar do cadastro prévio realizado pelo Ministério da Educação (MEC), os alunos ainda precisarão acessar o sistema para confirmar participação, escolher o idioma da prova de língua estrangeira e informar o município onde desejam realizar o exame.

A taxa de inscrição permanece em R$ 85 e deverá ser paga até o dia 10 de junho por meio de boleto, Pix, cartão de crédito ou débito em conta, dependendo da instituição bancária. Os candidatos que obtiveram isenção da taxa também precisam concluir a inscrição dentro do prazo para garantir participação no exame.

Para realizar a inscrição, o candidato deverá acessar a Página do Participante utilizando uma conta Gov.br. Após o login, será necessário preencher dados pessoais, endereço, informações escolares e selecionar entre inglês ou espanhol para a prova de língua estrangeira. Também será possível solicitar atendimento especializado e uso do nome social até o encerramento das inscrições.

O Enem é considerado a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil. A nota do exame é utilizada em programas federais como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além de processos seletivos de instituições privadas e universidades portuguesas conveniadas ao Inep.

Outra novidade mantida nesta edição é a possibilidade de certificação do ensino médio para candidatos maiores de 18 anos que alcançarem a pontuação mínima exigida nas áreas de conhecimento e na redação. A modalidade havia sido retomada recentemente após anos sendo substituída pelo Encceja.

O Inep também prevê ampliação do número de locais de aplicação das provas em todo o país. A estimativa do órgão é ampliar a estrutura para atender ao aumento esperado de participantes.

Especialistas alertam que os candidatos devem evitar deixar a inscrição para os últimos dias, período em que tradicionalmente há maior volume de acessos ao sistema e possibilidade de instabilidade na plataforma.

Após anos de abandono, antigo prédio da Sudene terá primeira etapa de obras iniciada pela UFPE

Foto: Marina Torres/DP



A Universidade Federal de Pernambuco anunciou a abertura da licitação para a primeira etapa das obras de recuperação do antigo prédio da Sudene, na Zona Oeste do Recife. O edifício, considerado um dos marcos da arquitetura moderna pernambucana e símbolo histórico do planejamento econômico do Nordeste, deve começar a ser transformado em sede do Parque. TeC UFPE, voltado à inovação tecnológica, startups e pesquisa científica.

Nesta fase inicial, serão recuperados três andares da chamada torre norte do Edifício Celso Furtado, nome oficial do prédio. O espaço deverá abrigar incubadora de empresas, áreas de coworking, laboratório de inovação em saúde digital, salas para startups, empresas âncoras e auditório modular. O investimento previsto é de R$ 9,6 milhões, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A licitação será conduzida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (Fade-UFPE), responsável pela seleção e contratação das empresas que executarão as obras.

O prédio da antiga Sudene acumula décadas de esvaziamento e abandono parcial desde o enfraquecimento da autarquia federal nos anos 2000. Embora tenha sido cedido oficialmente à UFPE em 2017, grande parte da estrutura permaneceu sem utilização efetiva enquanto projetos de revitalização avançavam lentamente.

O processo de recuperação também enfrentou entraves provocados pelo tombamento do edifício pela Fundarpe, o que exigiu adequações técnicas e novas exigências de preservação histórica no projeto arquitetônico. As mudanças atrasaram etapas da implantação e aumentaram a complexidade das intervenções previstas.

A proposta da universidade é transformar os mais de 62 mil metros quadrados de área construída em um polo de inovação tecnológica e desenvolvimento regional. Além da incubadora e dos espaços para startups, futuras etapas do projeto preveem instalação de laboratórios, centros de pesquisa e novos empreendimentos ligados à economia criativa, tecnologia e ciência aplicada.

Atualmente, mais de 30 startups ligadas ao ecossistema de inovação da UFPE funcionam dentro da universidade e deverão ser transferidas para o antigo prédio da Sudene após a recuperação dos espaços.

Apesar do avanço da licitação, especialistas avaliam que a recuperação completa do edifício ainda dependerá de novos investimentos públicos e privados. O tamanho da estrutura e os custos de manutenção seguem como desafios para a consolidação definitiva do projeto.

Inaugurado em 1974 às margens da BR-101, o antigo prédio da Sudene foi considerado durante décadas um dos principais símbolos do planejamento estratégico do Nordeste brasileiro. Hoje, após anos de deterioração e sucessivas promessas de revitalização, a expectativa é que o espaço finalmente comece a ganhar nova ocupação e função econômica.

Sem rumo definido para Suape, Pernambuco vê Transnordestina perder força e espaço para o Ceará

Impasse sobre trajeto até Suape trava avanço da Transnordestina em Pernambuco

A retomada da Ferrovia Transnordestina em Pernambuco voltou ao centro do debate político e econômico, mas especialistas e representantes do setor avaliam que o projeto segue travado pela indefinição sobre o trajeto que ligará a ferrovia ao Porto de Porto de Suape. A discussão ganhou força após novas articulações para integrar o ramal pernambucano à Ferrovia Norte-Sul, considerada estratégica para ampliar a competitividade logística do Estado.

DIVULGAÇÃO



O principal entrave, porém, continua sendo a ausência de definição sobre qual corredor ferroviário será utilizado para conectar o trem até Suape. Sem essa decisão, o projeto enfrenta dificuldades para avançar em etapas de licenciamento, modelagem financeira e captação de investimentos.

Especialistas do setor avaliam que Pernambuco corre risco de perder protagonismo logístico no Nordeste caso a indefinição persista. Enquanto isso, o trecho da Transnordestina voltado ao Ceará segue avançando com prioridade política e financeira, fortalecendo o Porto do Pecém como principal eixo da ferrovia na região.

Nos bastidores, cresce a avaliação de que Pernambuco demorou a construir articulação política consistente em defesa do trecho Salgueiro-Suape. O cenário ampliou críticas sobre falta de coordenação entre governos, setor empresarial e representantes políticos ao longo dos últimos anos.

A possibilidade de integração futura com a Ferrovia Norte-Sul é vista como alternativa capaz de ampliar a movimentação de cargas, reduzir custos logísticos e transformar Suape em corredor estratégico para exportações e distribuição nacional. Ainda assim, técnicos afirmam que o projeto só poderá ganhar tração após definição clara do traçado ferroviário até o complexo portuário.

O debate também envolve impactos urbanos, ambientais e financeiros. Existem diferentes alternativas em análise para a chegada da ferrovia a Suape, incluindo trechos que cruzariam áreas urbanas e regiões de proteção ambiental, o que aumenta a complexidade do projeto e tende a prolongar discussões técnicas e jurídicas.

Empresários ligados ao setor industrial e logístico afirmam que a falta de definição gera insegurança e dificulta novos investimentos em Pernambuco. Há preocupação de que o Estado perca oportunidades econômicas justamente em um momento de disputa por novos corredores de exportação no Nordeste.

A Transnordestina é considerada uma das principais obras de infraestrutura logística do país e foi projetada para conectar áreas produtoras do interior nordestino aos portos da região. Em Pernambuco, porém, o projeto acumula décadas de atrasos, mudanças de planejamento, paralisações e disputas políticas.

Enquanto o Ceará avança na consolidação do ramal ferroviário até o Pecém, Pernambuco segue pressionado a definir rapidamente qual será o caminho do trem até Suape para evitar novo enfraquecimento do projeto no Estado.

Uso do FGTS para quitar dívidas começa em nova fase do Desenrola Brasil

A nova etapa do programa Desenrola Brasil que autoriza trabalhadores a utilizarem recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar dívidas bancárias e renegociar débitos em atraso, começou na última segunda-feira(25). A medida faz parte da estratégia do governo federal para reduzir os índices de inadimplência e estimular a recuperação financeira das famílias brasileiras.

A utilização do FGTS será permitida para trabalhadores que possuam saldo disponível e aderirem às condições estabelecidas pelo programa. O processo ocorrerá por meio das instituições financeiras participantes e dependerá de autorização do titular da conta vinculada ao fundo.

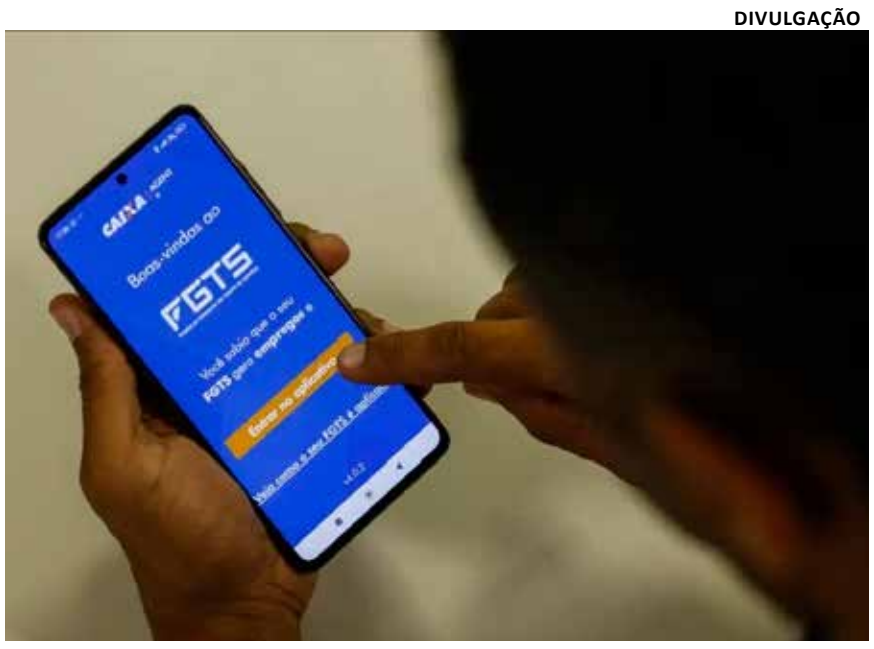
Segundo o governo federal, a expectativa é ampliar o alcance do Desenrola e facilitar acordos entre bancos e consumidores inadimplentes, principalmente em um cenário de crescimento do endividamento das famílias e dificuldade de acesso ao crédito.

A nova modalidade permitirá que o saldo do FGTS seja utilizado para abatimento parcial ou total das dívidas negociadas. O trabalhador poderá consultar as ofertas disponíveis por meio da plataforma oficial do programa ou diretamente nos aplicativos dos bancos credenciados.

A medida também busca reduzir o peso dos juros acumulados em contratos antigos e ampliar as chances de regularização financeira de consumidores negativados. O governo avalia que a iniciativa pode acelerar acordos e reduzir o número de brasileiros com restrições de crédito.

Dados recentes do setor financeiro apontam que milhões de brasileiros seguem inadimplentes, especialmente em dívidas relacionadas a cartão de crédito, empréstimos pessoais e financiamentos. O aumento das taxas de juros nos últimos anos e o avanço do custo de vida contribuíram para o crescimento do endividamento.

DIVULGAÇÃO



Apesar da expectativa positiva do governo, especialistas alertam para riscos relacionados ao uso do FGTS. Economistas lembram que o fundo foi criado como mecanismo de proteção ao trabalhador em situações como demissão sem justa causa, aposentadoria, compra da casa própria e doenças graves.

Críticos da medida afirmam que a utilização recorrente do FGTS para políticas de estímulo econômico e renegociação de dívidas pode reduzir a função de segurança financeira originalmente prevista para o fundo.

Por outro lado, defensores da iniciativa argumentam que a medida oferece alternativa imediata para trabalhadores sufocados por juros elevados e restrições de crédito. Instituições financeiras também avaliam que a utilização do FGTS pode reduzir perdas provocadas pela alta inadimplência no sistema bancário.

O governo federal estima que milhões de pessoas poderão aderir à nova etapa do Desenrola. Desde a criação do programa, bilhões de reais em dívidas já foram renegociados em todo o país, principalmente entre consumidores de baixa renda.

A operacionalização do sistema será acompanhada pela Caixa Econômica Federal e pelas instituições financeiras participantes. O trabalhador precisará autorizar o compartilhamento de dados e a utilização do saldo disponível antes da conclusão da renegociação.

A expectativa da equipe econômica é que a medida também tenha impacto indireto na economia, aumentando capacidade de consumo, circulação de crédito e recuperação financeira de famílias endividadas.

INSS começa pagamento da segunda parcela do 13º para aposentados e pensionistas

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciou o pagamento da segunda parcela do 13º salário para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios previdenciários. Os depósitos seguem calendário escalonado conforme o número final do benefício e devem alcançar milhões de segurados em todo o país.

Recebem nesta etapa os beneficiários que já tiveram a primeira parcela antecipada nos meses anteriores. O pagamento será feito junto com os benefícios regulares de maio. Para quem recebe até um salário mínimo, os depósitos começam primeiro. Já os segurados com renda acima do piso nacional terão os valores liberados em calendário posterior, seguindo a programação oficial do INSS.

Diferentemente da primeira parcela, a segunda vem com descontos de Imposto de Renda para segurados obrigados à tributação. Beneficiários isentos não terão redução nos valores pagos.

O governo federal decidiu manter a antecipação do 13º pelo terceiro ano consecutivo como estratégia para estimular o consumo e movimentar a economia. A medida injeta bilhões de reais no mercado em um período de desaceleração econômica e pressão sobre o poder de compra das famílias.

Segundo estimativas do governo, mais de 34 milhões de beneficiários devem receber os valores antecipados neste ano. O impacto econômico previsto ultrapassa R$ 70 bilhões.

O pagamento contempla aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios temporários, como auxílio por incapacidade temporária, auxílio-reclusão e auxílio-acidente. Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) não recebem 13º salário, já que o programa possui natureza assistencial.

DIVULGAÇÃO



Os segurados podem consultar valores e datas de pagamento pelo aplicativo Meu INSS, pelo site oficial do instituto ou pela central telefônica 135.

Especialistas avaliam que a antecipação do abono ajuda a aliviar despesas de curto prazo de aposentados e pensionistas, principalmente diante do aumento do custo de vida, pressão dos preços de alimentos e crescimento do endividamento das famílias brasileiras.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

CINE OLINDA: O ABANDONO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO E O FRACASSO DA POLÍTICA CULTURAL EM OLINDA

O Cine Olinda permanece fechado há tanto tempo que uma geração inteira de olindenses cresceu sem conhecer o funcionamento de um dos mais importantes símbolos culturais da cidade. O que antes representava encontro, arte, convivência e memória coletiva, se transformou em um retrato visível do abandono do patrimônio histórico e da ausência de compromisso da Prefeitura de Olinda com a cultura.

Fundado em 1911, o Cine Olinda ajudou a construir parte significativa da identidade cultural do município. Durante décadas, o espaço foi referência para famílias, artistas, estudantes e amantes do cinema. Era mais do que uma sala de exibição: era um equipamento cultural vivo, integrado à história da cidade e ao cotidiano da população.

Olinda, reconhecida mundialmente pelo seu valor histórico e artístico, não pode aceitar como normal o fechamento prolongado de um patrimônio dessa importância. Pernambuco consolidou-se nacionalmente como um dos principais polos do audiovisual brasileiro, responsável por filmes premiados, festivais reconhecidos e uma produção cinematográfica respeitada internacionalmente. Ainda assim, o Cine Olinda segue abandonado, sem perspectiva concreta de recuperação.

O cenário causa indignação porque, ao longo dos anos, não faltaram promessas por parte da gestão municipal. A recuperação do Cine Olinda foi anunciada diversas vezes pela administração do ex-prefeito Professor Lupércio. Projetos foram divulgados, discursos foram feitos e expectativas foram criadas. Agora, a gestão da prefeita Mirella Almeida também fala em requalificação e retomada do equipamento cultural. Entretanto, a realidade encontrada pela população é completamente diferente do discurso oficial.

Quem visita o local hoje encontra portas fechadas, deterioração e silêncio administrativo. Não há placas explicativas, informações públicas acessíveis, cronograma transparente ou sinais claros de obras efetivas acontecendo. A população ouve falar de licitações e projetos, mas não vê ações concretas.

A ausência de transparência aprofunda ainda mais a sensação de abandono. Afinal, onde estão os recursos destinados ao Cine Olinda? Qual é o projeto arquitetônico previsto? Existe licitação concluída? Qual o prazo real para recuperação? São perguntas simples, mas que continuam sem respostas claras para a sociedade.

O problema vai além da estrutura física do prédio. O abandono do Cine Olinda simboliza também o enfraquecimento das políticas públicas voltadas à preservação cultural em Olinda. Enquanto a cidade mantém o discurso de valorização da cultura, importantes equipamentos históricos seguem esquecidos. Há uma evidente contradição entre a imagem cultural que Olinda vende para o Brasil e para o mundo e o

DIVULGAÇÃO



tratamento dado ao seu patrimônio permanente. Investimentos em eventos temporários e ações de visibilidade imediata acabam recebendo prioridade, enquanto equipamentos culturais históricos permanecem fechados, sem manutenção e sem utilidade para a população.

A Prefeitura de Olinda precisa compreender que preservar patrimônio histórico não é favor político nem peça de marketing institucional. É obrigação administrativa, compromisso histórico e respeito à população. A deterioração do Cine Olinda não aconteceu de um dia para o outro. Ela é resultado de anos de omissão, lentidão e falta de prioridade.

O impacto desse abandono também é social. Um equipamento cultural fechado representa menos acesso à arte, menos espaços de convivência, menos incentivo à formação cultural da juventude e menos oportunidades para artistas locais. Em uma cidade marcada pela efervescência cultural, deixar um cinema histórico fechado por décadas é um contrassenso.

O Cine Olinda poderia hoje estar funcionando como centro cultural, espaço de exibição de filmes pernambucanos, ambiente para festivais, debates, formação audiovisual e atividades educativas. Poderia movimentar a economia criativa da cidade, fortalecer o turismo cultural e estimular novos talentos do cinema pernambucano. Em vez disso, permanece como símbolo da incapacidade administrativa de transformar promessas em realidade.

A população de Olinda tem o direito de cobrar respostas e exigir providências concretas. Não basta anunciar projetos em discursos ou divulgar intenções em períodos políticos. A cidade precisa de transparência, cronograma público, investimentos reais e compromisso efetivo com a recuperação do Cine Olinda.

O abandono prolongado desse patrimônio não é apenas um problema arquitetônico. É um problema político, cultural e administrativo. Representa o descaso com a memória da cidade e com a própria identidade cultural de Olinda.

Reabrir o Cine Olinda é recuperar parte da história da cidade. É respeitar gerações que frequentaram aquele espaço e garantir que novas gerações tenham acesso à cultura e ao cinema. É fortalecer Pernambuco como referência audiovisual e demonstrar que o patrimônio histórico da cidade merece mais do que promessas repetidas.

Os olindenses estão cansados de esperar. O tempo das promessas já passou. O que a cidade exige agora é ação concreta, responsabilidade pública e compromisso verdadeiro com a cultura.

Cine Olinda já. Viva o cinema pernambucano e o cinema brasileiro.

Lula e Hugo Motta fecham acordo para fim gradual da escala 6x1 até 2027

O governo federal e a Câmara dos Deputados fecharam um acordo para a transição da proposta que prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas. O entendimento foi acertado entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Hugo Motta, em reunião realizada nesta segunda-feira, em Brasília.

Pelo modelo definido, a redução da jornada ocorrerá de forma gradual. Sessenta dias após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a carga horária semanal cairá de 44 para 42 horas. A segunda etapa da mudança ocorrerá 12 meses depois, quando a jornada será reduzida para 40 horas semanais, previsão que empurra a conclusão da transição para 2027.

DIVULGAÇÃO



O texto também estabelece o fim da escala 6x1, garantindo dois dias de folga semanal sem redução salarial. O modelo vinha sendo defendido por movimentos ligados aos trabalhadores e ganhou força nos últimos meses após mobilizações nas redes sociais e pressão de centrais sindicais.

A negociação ocorreu após divergências internas entre governo e setores do Congresso. Integrantes do Palácio do Planalto defendiam implementação imediata da nova jornada, enquanto parlamentares ligados ao Centrão e representantes do setor empresarial pressionavam por um período maior de adaptação.

Nos bastidores, o acordo é visto como tentativa do governo Lula de consolidar uma agenda trabalhista de forte apelo popular de olho no cenário eleitoral de 2026. Ao mesmo tempo, Hugo Motta busca ampliar protagonismo político no Congresso ao conduzir uma das principais pautas trabalhistas dos últimos anos.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que o acordo garante redução da jornada sem corte de salários e representa resposta a reivindicações históricas dos trabalhadores. Já setores empresariais seguem demonstrando preocupação com possíveis impactos sobre custos operacionais, produtividade e contratação de mão de obra.

A PEC ainda precisará passar pela comissão especial da Câmara antes de seguir para votação em plenário. Para ser aprovada, a proposta precisa obter pelo menos 308 votos em dois turnos na Câmara e depois ser aprovada pelo Senado, onde são necessários ao menos 49 votos favoráveis.

A discussão sobre redução da jornada reacendeu o debate sobre qualidade de vida, produtividade e mudanças nas relações de trabalho no Brasil. Defensores da proposta argumentam que o modelo atual provoca desgaste físico e mental, principalmente entre trabalhadores do comércio e setores operacionais. Já críticos afirmam que a mudança pode aumentar custos para empresas e gerar dificuldades de adaptação em segmentos que dependem de funcionamento contínuo.